

A política cultural e o governo Bolsonaro

Sara Freitas
Janine Targino
Leonardo Granato

Resumo

O presente artigo, baseado em análises bibliográfica e documental, busca evidenciar e discutir um conjunto de mudanças institucionais sofrido pela política cultural no Brasil na contemporaneidade, especificamente durante o Governo Bolsonaro. Para tal, inicialmente realizou-se um perpassar histórico sobre a política cultural no país, conforme literatura específica. A seguir, foram discutidas as principais mudanças institucionais impulsionadas pelo referido governo na esfera estatal da cultura, assim como seu impacto conservador.

Abstract

The present article, based on bibliographic and documentary analyzes, seeks to highlight and discuss a set of institutional changes suffered by cultural policy in Brazil in contemporary times, specifically during the Bolsonaro Government. To this end, initially a historical background on the cultural policy in the country was carried out, according to specific literature. Next, the main institutional changes driven by this government in the state sphere of culture were discussed, as well as their conservative impact.

Nos últimos anos, o cenário político latino-americano tem sido marcado por um conjunto de mudanças no conteúdo das políticas de Estado em suas diversas formações sociais. Assim como se pode traçar muitos aspectos comuns das políticas adotadas pelos diferentes países do continente durante a chamada “onda rosa”¹ progressista, o mesmo pode-se apontar, atualmente, com relação à ascensão de movimentos políticos conservadores, reacionários às agendas reformistas da ordem capitalista neoliberal implementadas durante a referida onda. No entanto, embora existam traços comuns que possam ser registrados, é em cada formação nacional que esses processos se desenvolvem, assumindo características particulares e ritmos próprios.

No Brasil, particularmente, vive-se um prolongado processo de crise política, que tem assumido diferentes características ao longo do seu desenvolvimento e que alcançou, dentre seus resultados, a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República, a restauração do neoliberalismo ortodoxo como política econômica e social de Estado e a emergência do *bolsonarismo*² enquanto força reinante na cena política (Weber e Granato, 2020; Batista, Medeiros e Granato, 2019). Em meio a esse cenário, busca-se, neste artigo, evidenciar e discutir o conjunto de mudanças institucionais sofrido pela política cultural no país, especificamente a partir da ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República³. A política cultural⁴, assim como qualquer outra política pública, tem atravessado, ao longo da história do país, períodos de continuidade e ruptura de seus programas e instituições em função das diversas diretrizes governamentais (Calabre, 2009; Cury, 2002). A partir de estudos recentes que indicam a reinserção da questão cultural na pauta política do país durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva⁵ (Barbosa, 2007; 2008; Rubim, 2011), objetiva-se destacar as mudanças institucionais relativas às ações do Governo Bolsonaro no âmbito da cultura.

O presente texto, baseado em análises bibliográfica e documental, está organizado em quatro seções. Inicialmente, será efetuado um perpassar histórico que chama a atenção

¹ Designa-se “onda rosa” o período iniciado no final da década de 1990 quando os partidos de esquerda ascenderam democraticamente ao poder em cerca de dez países da América Latina (Silva 2015, p.2).

² Aqui, o termo “bolsonarismo” é aplicado para classificar a retórica política ambivalente em voga no cenário político nacional que tem como “pilar constitutivo um eixo neoliberal que é normalmente obscurecido pelo eixo populista-conservador” (Cesarino, 2019, p.539).

³ Doravante, “Governo Bolsonaro”.

⁴ Para uma caracterização da política de cultura como política pública, ver Simis (2007).

⁵ Doravante, “Governo Lula”.

para os avanços e recuos institucionais relativos às políticas culturais. Nesse primeiro momento, o recorte de análise adotado considerará os governos Lula e Dilma Rousseff, assim como o período pós Dilma Rousseff. As seções seguintes tratarão do governo Bolsonaro por meio da associação entre alguns movimentos que precederam a posse do mandatário e medidas adotadas após empossado no cargo; ao mesmo tempo, serão apresentadas as principais medidas e mudanças institucionais levadas adiante. Procurou-se, ainda, compreender o impacto conservador na política cultural recente. Por fim, nas considerações finais, o liberalismo e o conservadorismo são apresentados como duas vias analíticas para a compreensão do cenário evidenciado ao longo das seções anteriores.

Perpassar histórico da política cultural: da Era Petista a Michel Temer.

Conforme mencionado na introdução do presente artigo, e com o intuito de situar num contexto mais amplo a discussão aqui proposta, nesta seção buscar-se-á discorrer sobre o histórico a partir dos governos petistas e sobre como a Administração Federal tratou a questão cultural nesse período,

Ainda na campanha presidencial de 2002 do ex-presidente Lula da Silva, já se esboçava um programa de políticas públicas para a cultura (Calabre, 2014), posto que o Partido dos Trabalhadores (PT) organizara encontros para discutir um programa nacional de cultura, envolvendo inúmeras personalidades e militantes do campo cultural. Os encontros aconteceram em diversas capitais do país, dando origem ao documento “A imaginação a serviço do Brasil”, que posteriormente se tornaria referência para o programa de cultura do governo Lula (Rubim, 2011, p.38). Esse diálogo com setores da sociedade mostrou-se importante e serviu para demarcar uma das diferenças desse governo em relação aos anteriores, em especial, à ditadura civil-militar.

Uma das primeiras grandes mudanças implementadas pelo ministro da cultura do governo Lula, Gilberto Gil, teve a ver com o conceito de “cultura”, que deixou de ser uma expressão somente das belas artes ou circunscrito ao patrimônio para incluir a cultura popular, da periferia e de gênero e as culturas afro-brasileiras e indígenas. Cabe ainda destacar que, até o governo de Lula da Silva, as culturas indígenas não haviam sido objetivo de políticas do Ministério da Cultura (Rubim, 2011).

Outra mudança tem a ver com a reforma que começou no próprio Ministério da Cultura, em que as secretarias passaram a ser organizadas segundo a lógica da implementação da política. Tal organização se estruturou da seguinte forma: Articulação Institucional; Políticas Culturais; Programas e Projetos Culturais (que mudou de nome

algumas vezes); Identidade e Diversidade Cultural; Fomento e Incentivo Culturais (que cuida da Lei de Incentivo), sendo mantida a de Audiovisual. A reformulação ministerial foi aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805 (Calabre, 2014, p.143). A ideia era que as atividades fossem tratadas dentro do Ministério segundo as áreas que lhes fossem compatíveis (Calabre, 2014).

Apesar dos avanços privados na captação de recursos no governo Lula, há de se destacar os avanços desse governo no que se refere à política cultural, pois foi nesse período que ocorreu a criação de uma política perene, e não sazonal, e a implementação de vários programas, assim como o fortalecimento de diversos coletivos. Todos esses efeitos podem estar relacionados com o incremento orçamentário registrado na era Lula, uma vez que no momento imediatamente anterior, na gestão de Fernando Henrique Cardoso e de seu ministro Francisco Weffort, o orçamento da pasta correspondia a 0,14% do orçamento nacional. Com Lula, esse orçamento foi triplicado, entre 2003 e 2008 o valor aumentou 142%, segundo dados da ONG contas abertas, o que pode ser entendido como um sinal do retorno da centralidade do Estado como protagonista na política cultural. Contudo, o governo Lula da Silva não conseguiu elevar os recursos da cultura para 1% do PIB, conforme a promessa de sua campanha (Congresso em Foco, 2009; O Globo, 2010).

No Brasil, as ações governamentais para o setor cultural têm no patrocínio cultural via renúncia fiscal o seu principal mecanismo de financiamento. Esse instrumento, adotado nas esferas da União, dos Estados e dos Municípios, baseia-se na dedução de imposto devido ao poder público para que pessoas físicas e jurídicas façam investimentos em atividades artísticas e culturais.

Esse modelo pressupõe uma parceria entre os três principais atores envolvidos: Estado, produtores culturais e artistas e empresas patrocinadoras. O programa Petrobrás Cultural tem sido um exemplo de investimentos na área cultural pelo governo federal. Fundado em 2003, é tido como o maior programa de patrocínio na história do país. Para se ter uma ideia do volume das ações, a edição 2008/2009 do referido programa destinou R\$ 50,5 milhões para seleções públicas de projetos. Em 2010, a verba foi de R\$ 52,9 milhões, destinada para as áreas de artes cênicas, audiovisual, música, educação para as artes, literatura, cultura digital e preservação e memória. Para o ano de 2011, a empresa destinou R\$ 9 milhões para os 41 projetos contemplados em festivais de música, festivais de cinema e difusão de longa-metragem para salas de cinema.

As ações do Ministério da Cultura, segundo o relatório que se encontrava disponível no site, revelam investimentos em diversos segmentos culturais, com recursos de cerca de

R\$ 1,3 bilhões, oriundos do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, distribuídos em ações programáticas executadas por meio do Ministério da Cultura e de outros órgãos (como o Ministério da Integração Nacional e o da Justiça). No âmbito do Ministério da Cultura, foram executadas ações de 16 programas (entre eles, Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta, e Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas). Algumas ações do Programa Monumenta passaram a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento nas Cidades Históricas (Engenho das Artes). Por meio desse último programa, foram contemplados os segmentos das Artes Integradas: audiovisual, artes visuais “não cinematográficas” e música, dentre outras ações⁶.

Nota-se que nos governos de Lula, com Gilberto Gil à frente da política cultural, e, num segundo momento, com Juca Ferreira, apesar dos erros e acertos, a política cultural alcançou expressivo patamar tanto nacional quanto internacional. Com a continuidade do PT no governo Federal, tendo à frente Dilma Rousseff, pensou-se na continuidade do projeto do partido alçado em 2002 (Rubim, 2015). Contudo, o que se viu foi a diminuição do fomento à cultura e a extinção de muitas políticas criadas ao longo da gestão Lula. Se comparada à gestão anterior do PT, a política cultural após a eleição de Dilma Rousseff teve perda significativa do simbolismo e de sua centralidade política. Tal perda se denota na demora em escolher um ministro para dirigir a pasta, bem como nos critérios e projetos políticos para ocupá-la (Calabre, 2015). A escolha da cantora Ana de Holanda gerou enorme desconforto, que se tornou ainda maior quando a ministra propôs a revisão da Lei dos Direitos Autorais, lei esta que já havia passado por um processo de revisão recente. Para além das questões que marcaram o início da gestão, é importante observar que não existia um direcionamento claro da política que seria desenvolvida. Algumas posições da ministra mostravam uma abertura para o mercado em detrimento de uma política cultural mais ampla que levasse em conta a participação social. Também há de se destacar que é na gestão de Ana de Holanda que se finalizam os projetos oriundos das gestões anteriores, tais como as metas para o Plano Nacional de Cultura (Calabre, 2015).

O período de Ana de Holanda foi marcado por protestos artísticos constantes, o que fez a então presidente Dilma Rousseff substituí-la pela senadora Marta Suplicy em 2012. Ainda que a nova ministra tivesse capital político significativo, ela desconhecia os projetos em andamento e a própria dinâmica da pasta. Todavia, por ser oriunda da área legislativa, Marta Suplicy conseguiu aprovar algumas questões pendentes na pasta, como o Vale Cultura, a Lei Cultura Viva, sendo um dos pontos altos da gestão a aproximação entre

⁶ Dados disponíveis no site: www.cultura.gov.br acesso em 17-18/04/2011.

cultura e educação, que havia avançado muito pouco na gestão de Gilberto Gil. Contudo, não foi dado espaço à Cultura Viva como uma política estratégica de ampliação de base social no ministério, e o programa não encontrou eco nem na gestão de Ana de Holanda, nem na de Marta Suplicy. Também é marcante o retrocesso na Funarte, que enfrentou diversas indefinições e falta de políticas específicas para artes e artistas (Rubim, 2015). Por fim, em 2014 o orçamento para a pasta mostrava claramente o rebaixamento do Ministério da Cultura.

Diante do que foi exposto até aqui, deve-se destacar que, ao longo dos governos do PT, ocorreu a tentativa de construção das bases para a consolidação das políticas públicas de cultura no Brasil. Buscou-se, também, fortalecer as instituições culturais, estabelecer diretrizes, valorizar a democracia cultural e a utilização desta como ferramenta de inclusão social, transformando as políticas culturais em políticas de Estado (Cerqueira, 2018).

Com o golpe de 2016 e a saída de Dilma Rousseff, tem início uma cruzada contra a cultura na gestão do então presidente Michel Temer. Mesmo com todas as crises vivenciadas pelo ministério na gestão Rousseff, não é possível comparar esse período com o que viria a acontecer. Michel Temer, vice de Dilma Rousseff, após assumir a presidência, adota como uma de suas primeiras medidas a vinculação do Ministério da Cultura a uma secretaria subordinada ao MEC (Ministério da Educação), tendo à frente Mendonça Filho do partido Democratas (DEM). Com o argumento de contenção de gastos, a proposta de extinção do Ministério da Cultura não foi bem aceita pela classe artística, que reagiu em todo o país, ajudando a reverter a decisão presidencial. Na volta do ministério, o ex-secretário de cultura do Rio de Janeiro, Marcelo Calero, assume a pasta. Na sequência, a pasta ainda seria ocupada por Roberto Freire, João Batista de Andrade e Sérgio de Sá Leitão (Cerqueira, 2018).

Governo Bolsonaro: Antecedentes na política cultural

Na presente seção, são apresentadas as mudanças significativas oriundas, a princípio, da sociedade civil, tendo como foco algumas exposições de arte que tiveram impedimentos em suas exibições devido à ação de grupos apoiadores de Jair Bolsonaro. É importante elencar alguns movimentos anteriores à posse do presidente Bolsonaro, pois eles podem ser uma chave explicativa para a compreensão da crise que se instaurou no campo das políticas culturais, o que culminou na extinção do Ministério da Cultura.

Junho de 2013 pode ser considerado um marco na política brasileira. Um movimento que foi às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo atingiu proporções não imaginadas pelos seus organizadores iniciais, sendo, posteriormente, tomado por outros

- 224 -

movimentos de classe média e por segmentos de elite e de direita no país. Desde então, o país enfrenta uma crise no sistema representativo, e as eleições de 2014 acontecem em um cenário de grande tensionamento político. Também é nesse mesmo ambiente que ocorre o golpe de 2016, no qual a democracia brasileira e a participação política do cidadão foram judicializadas.

Como extensão das chamadas “jornadas de junho”, em 2017 aconteceu o cancelamento de uma exposição sobre diversidade no Espaço Santander Cultural, localizado na cidade de Porto Alegre. Essa exibição contava com obras de Cândido Portinari, Alfredo Volpi e de mais de 85 artistas. Segundo o Santander, o cancelamento da exposição deu-se após manifestações do movimento de direita denominado Movimento Brasil Livre (MBL) (G1, 2019). Esse evento marca o início de um movimento de caráter extremamente conservador, de cunho ideológico e que tem como alvo não só as questões de cultura, mas também as de caráter educacional e religioso.

O MBL é um movimento que se intitula liberal, de direita e que foi responsável, dentre outras atividades, pelas manifestações em prol do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Dentre as lideranças que se destacaram na mídia e na organização dessas manifestações, ao menos três foram eleitas para a vida política parlamentar no Brasil: um vereador, um deputado estadual e um deputado federal, todos por São Paulo.

Além desse movimento, qualificado por segmentos artísticos como de “censura” à arte, dois anos antes da eleição de Jair Bolsonaro, o desempenho de um artista no Museu de Arte Moderna (MAM), localizado na cidade de São Paulo, causou controvérsia e críticas após a divulgação de um vídeo, no qual uma criança toca em um homem nu⁷. O MBL novamente se manifestou dizendo que se tratava de um crime, enquanto um desembargador minimizou a situação ao dizer que isso era uma reação de ‘histeria’ diante do ocorrido. Já o MAM afirmou que havia sinalização no local sobre a nudez e onde a performance ocorria (G1, 2019).

Esses são apenas alguns exemplos que ocorreram antes da eleição de Jair Bolsonaro e que já sinalizavam um cenário de certa hostilidade à diversidade nas manifestações culturais e artísticas.

⁷ No dia 04/11/2019, a então ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, chamou uma audiência pública para discutir o Decreto 9.919/2019, da Presidência da República, que altera a estrutura do Conselho Superior do Cinema. Essa audiência contou com participação de segmentos da classe artística, como atores, cineastas, músicos. Ali esses artistas foram ouvidos e todos apontavam para um momento de censura à arte no Brasil contemporâneo. Ver Correio Brasiliense (2019).

Bolsonaro e a cruzada contra a cultura

Enquanto na gestão petista, em especial de Lula da Silva, o conceito de cultura foi ampliado concomitantemente à implementação de mudanças positivas na gestão da cultura (Rubim, 2011; 2015), o cenário que se desenha no governo Bolsonaro vai na direção contrária ao tirar o protagonismo do Estado na questão cultural, tal como ocorreu no Governo Michel Temer.

Após a chegada de Bolsonaro à Presidência da República, o Ministério da Cultura foi um dos primeiros a serem extintos. Ao mesmo tempo, teve início um processo de restrição, ou mesmo de censura, a projetos que não condiziam com o lema de sua campanha presidencial, o qual defendia “a moral, a família tradicional e os bons costumes”.

Além da extinção do Ministério da Cultura, outro acontecimento de grande repercussão foi o impedimento de uma propaganda do Banco do Brasil, que tinha como foco a negritude e a diversidade. O comercial foi visto como problemático por se mostrar contrário ao ideário do presidente, e isso acarretou a suspensão de sua veiculação, ao mesmo tempo que o diretor de marketing do Banco do Brasil foi demitido a pedido de Jair Bolsonaro (Folha de S. Paulo, 2019a).

Outra forma de ataque do Governo Bolsonaro ao mundo artístico mais à esquerda e progressista, além do fim do ministério, foi minar as instituições que também ofereciam fomento às políticas culturais. Um exemplo disso foi o corte de 43% do orçamento da Agência Nacional de Cinema (Ancine) associado aos argumentos, defendidos pelo governo, de que o poder público não deveria produzir filmes e que as produções da Ancine seriam contrárias aos valores da família, defendidos pelo Presidente Bolsonaro.

Segundo dados levantados pelo Observatório de Censura à Arte⁸, de janeiro de 2017 a setembro de 2019, foram registrados 29 episódios de censura em 14 estados brasileiros, sendo 15 apenas no segundo semestre de 2019, ou seja, após a posse do presidente Jair Bolsonaro e sua investida na extinção de políticas do campo da cultura.

O impacto conservador na política cultural recente

O cenário atual mostra que há uma disputa acirrada acerca de quais atividades ou manifestações “merecem”, de fato, ser classificadas como culturais. E, mais do que isso, há igualmente um embate sobre quais atividades ou manifestações culturais devem ou não

⁸O Observatório de Censura à Arte é um projeto de cunho jornalístico, voltado a mapear os casos de censura às expressões artísticas no Brasil desde o episódio do *Queermuseu*. Ver Fórum (2019).

receber investimentos de verbas públicas. Essa questão fica evidente na forma polêmica como a Lei Rouanet (Lei de Incentivo à Cultura) tem sido retratada pela ala mais conservadora em atuação na política brasileira atual. Nos últimos anos, ocorreu o fortalecimento do discurso no qual a referida lei é apresentada como uma via pela qual o dinheiro público é distribuído a indivíduos que o usam para a realização de expressões artísticas de caráter supostamente duvidoso e aliado às ideologias “esquerdistas”. No bojo dessas obras artísticas, estaria, de acordo com os que sustentam essa crítica, todo tipo de produção que contempla temas identificados como de interesse da esquerda política e que vão contra os valores relacionados à moralidade defendida pelos grupos mais conservadores. Nessa seara, inclui-se obras artísticas que tratam sobre igualdade de gênero, liberdade sexual, tolerância religiosa, entre outros. Inclusive, por diversas vezes, o presidente Jair Bolsonaro expressou sua opinião em relação a obras artísticas financiadas pela Lei Rouanet em governos anteriores. Em uma dessas ocasiões, ao se referir à obra que narra a história de uma ex-garota de programa, Bolsonaro disse:

Agora há pouco, o Osmar Terra (ministro da cidadania) e eu fomos para um canto e nos acertamos. Eu não posso admitir que, com dinheiro público, se faça um filme como o da Bruna Surfistinha. Não dá. Não temos problema com essa opção ou aquela. O ativismo é que não podemos permitir, em respeito às famílias. É uma coisa que mudou com a chegada do governo (Terra, 2019).

É importante destacar que, já durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro se envolveu em polêmicas ao expressar sua discordância com a forma como a Lei Rouanet vinha sendo aplicada, classificando repetidas vezes a lei em questão como uma forma de financiamento de artistas alinhados ideologicamente aos governos anteriores. Após assumir a presidência, em várias ocasiões, Bolsonaro continuou manifestando sua opinião, como no carnaval de 2019, quando publicou na rede social Twitter o seguinte texto: “Dois ‘famosos’ acusam o Governo Bolsonaro de querer acabar com o Carnaval. A verdade é outra: esse tipo de ‘artista’ não mais se locupletará da Lei Rouanet” (Bolsonaro, 2019).

Os dois “famosos” aos quais o texto se refere são Caetano Veloso e Daniela Mercury, que, dias antes, haviam lançado a música “Proibido o carnaval”, que traz uma crítica à frase polêmica dita pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, de que “meninas usam rosa e meninos usam azul”, e faz alusão à música “É proibido proibir”, escrita pelo próprio Caetano Veloso no contexto de resistência cultural da Ditadura (Urbs Magna, 2019).

Ao observar esse panorama, pode-se acreditar que o objetivo principal daqueles que direcionam críticas tão ferozes à Lei Rouanet é fazer com que esta deixe de existir. No entanto, acontecimentos recentes revelam que, na verdade, o que está em jogo não é a existência ou não dessa lei, mas sim quais projetos e instituições ela deve financiar. Prova disso é que a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta na qual se reconhece a música religiosa e eventos a ela relacionados como manifestação cultural passível de recebimento de recursos através dos mecanismos de fomento previstos na Lei Rouanet. Sendo assim, essa regra passará a ser válida também para eventos promovidos por igrejas. É importante salientar que, atualmente, a Lei Rouanet reconhece a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestações culturais, exceto aqueles promovidos por igrejas. Ainda sobre essa proposta:

A proposta aprovada foi o texto substitutivo apresentado pelo relator, deputado Vavá Martins (Republicanos - PA), ao Projeto de Lei 2407/15, do deputado Jefferson Campos (PSB-SP). O projeto original pretendia incluir a música gospel promovida pelas igrejas como manifestação cultural passível de utilização dos mecanismos de fomento da Lei Rouanet. O texto de Vavá Martins ampliou a medida para qualquer tipo de música religiosa e eventos a ela relacionados, inclusive promovidos por igrejas. “Acreditamos que as igrejas também devem ser beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos na Lei de Incentivo à Cultura ou Lei Rouanet, reconhecendo o notável papel evangelizador que essas instituições religiosas cumprem”, disse Vavá Martins (Opinião & Notícia, 2019).

Mudanças nesse sentido foram sinalizadas desde os primeiros meses do mandato de Jair Bolsonaro. Além da extinção do Ministério da Cultura⁹, em abril de 2019 foram anunciadas medidas importantes no sentido de estabelecer novas regras para a Lei de Incentivo à Cultura, inclusive para que essa lei não seja mais designada como “Rouanet”, num esforço de descaracterizar a forma como ela fora chamada até então. De acordo com o então ministro da Cidadania, Osmar Terra, o valor máximo por projeto incentivado será reduzido de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão, e haverá teto de R\$ 10 milhões anuais para os proponentes com até 16 projetos ativos. Da mesma forma, haverá editais específicos para projetos culturais fora do eixo Rio-São Paulo, com as chamadas “festas populares” tendo limite maior, agora de R\$ 6 milhões (UOL, 2019a). Em vídeo divulgado por Jair Bolsonaro, ele justifica essas mudanças dizendo que

⁹ A Secretaria de Cultura é o órgão que substituiu o Ministério da Cultura, extinto no início do Governo Bolsonaro. Em novembro de 2019, a Secretaria de Cultura foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.

Essa desgraça dessa Lei Rouanet começou muito bem-intencionada, depois virou aquela festa que todo mundo sabe, cooptando a classe artística, pessoas famosas para apoiar o governo. Quantas vezes vocês viram figurões, não vou falar o nome, não, figurões defendendo ‘Lula livre’, ‘viva Che Guevara’, o ‘socialismo é o que interessa’ em troca da Lei Rouanet. Artistas recebiam até R\$ 60 milhões (Bolsonaro, 2019).

Essas são algumas das estratégias usadas pelo atual governo em suas “guerras culturais”. Inclusive, um dos correligionários de Bolsonaro, o dramaturgo Roberto Alvim, nomeado secretário de Cultura do governo federal em novembro de 2019, chegou a convocar publicamente os artistas “alinhados aos valores conservadores” para criarem uma “máquina de guerra cultural”¹⁰. Obviamente, o alvo dessa guerra são todos os demais artistas identificados como associados ao discurso da esquerda política. Não é por acaso que o próprio Roberto Alvim direcionou ataques a Fernanda Montenegro, reconhecida atriz brasileira, através das redes sociais. Segundo Alvim, a referida atriz seria uma “mentirosa” que ataca o atual presidente e seus eleitores de maneira “brutal” (Folha de S. Paulo, 2019b).

A luta que o governo de Jair Bolsonaro trava contra a “cultura” encontra bastante apoio entre seus eleitores, visto que essa foi uma das mais importantes plataformas sobre a qual sua candidatura à presidência se construiu. Dessa maneira, é possível dizer que o fenômeno político designado por “bolsonarismo” tem sido capaz de articular, no mesmo espectro, uma retórica populista e antielitista com as guerras culturais entre conservadores e movimentos sociais identitários e com o antagonismo entre esquerda e antipetistas inspirados pela “guerra contra a corrupção”.

Especialmente no que tange às chamadas guerras culturais¹¹ (Gallego, Ortellado e Moretto, 2017) contra os movimentos identitários, nota-se que o uso de uma retórica populista se tornou bastante frequente. Aqui, aplica-se o conceito de populismo¹² tal como ele vem sendo definido na literatura especializada (Cervi, 2001), isto é, como uma ideologia política que intenciona mobilizar a população contra uma elite corrupta através de uma liderança carismática e forte que atua sem a mediação de instituições importantes no âmbito

¹⁰ Tal “convocação” foi feita em uma postagem no perfil de Roberto Alvim na rede social Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/roberto.alvim.9/posts/3325752010784402> acesso em 28/11/2019.

¹¹ De acordo com Gallego, Ortellado e Moretto (2017), o termo “guerra cultural” diz respeito aos conflitos estabelecidos entre a perspectiva conservadora e os valores progressistas ou sociais liberais no mundo ocidental. Dentre esses conflitos, está o debate sobre a história, a ciência e a cultura.

¹² Segundo Cervi (2001), na atualidade, o populismo pode ser definido como uma “forma de relacionamento de uma liderança carismática com as massas, ou da substituição de elites políticas em crise por novos dirigentes com capacidade de relacionamento direto com as camadas populares” (Cervi 2001, p.154).

político, como os partidos políticos e a imprensa. Assim, as guerras culturais assumem um formato populista na medida em que as instituições encarregadas da reprodução de valores, tais como as escolas, as universidades, os meios de comunicação e, em especial, as artes, são sistematicamente acusadas de serem ocupadas e cooptadas por uma elite que permanece desconectada do povo ao impor valores classificados como progressistas que estariam alheios a ele. Essa perspectiva fica mais clara quando são analisados, por exemplo, os resultados da pesquisa realizada pela revista *Época*, publicada em abril de 2019, em que se constatou que os eleitores de Jair Bolsonaro são maioria entre os que acreditam que professores e “artistas da Globo” são responsáveis por impetrarem uma doutrinação ideológica “esquerdista” comumente retratada como dissociada dos valores da família tradicional e da fé cristã tão em voga na atualidade (*Época*, 2019).

Assim sendo, pode-se dizer que o governo atual está orientado para o atendimento de demandas trazidas por determinados nichos da população que esperam que mudanças sejam feitas no âmbito das políticas e manifestações culturais. Igualmente, é indispensável sublinhar que Olavo de Carvalho, uma das figuras de maior destaque ao longo da campanha presidencial e que se transformou em importante porta-voz do discurso bolsonarista, há tempos vem dedicando esforços para endossar a máxima de que o problema mais urgente do Brasil na atualidade não é econômico ou social, mas sim de ordem cultural. Em sua página na internet, Olavo de Carvalho constantemente publica textos criticando aquilo que classifica como “subculturas grupais” vinculadas à “esquerda militante”. Segundo ele, essas subculturas estariam tomando o espaço da alta cultura e impedindo o desenvolvimento de expressões artísticas de alto nível.

“A alta cultura é a autoconsciência de uma sociedade. Ela contém as obras de arte, literatura, erudição e filosofia que estabelecem o quadro de referência comum entre as pessoas cultas.” (Roger Scruton) Basta ler a definição para perceber que a coisa definida já desapareceu do Brasil faz tempo. O que sobrou são subculturas grupais, das quais uma — a da esquerda militante — tenta se impor como hegemônica por meio da “ocupação de espaços”, da intimidação e de uma pletera de verbas públicas, e, onde pode, estrangula no berço as promessas de um renascimento da alta cultura (Carvalho, 2019).

Ao estabelecer uma distinção entre alta cultura e subculturas grupais, Olavo de Carvalho vai ao encontro das expectativas de uma ampla parcela do eleitorado de Jair Bolsonaro, uma vez que esta espera que o suposto mau uso de verbas públicas para o financiamento de projetos culturais ilegítimos seja interrompido. Por outro lado, nota-se que

há igualmente a expectativa de que outras instituições sejam financiadas com essas verbas para que possam desenvolver projetos alinhados aos valores defendidos pela parcela mais conservadora. O movimento no sentido de alterar a Lei de Incentivo à Cultura para que ela possa financiar projetos culturais realizados por igrejas parece cumprir esse papel, tendo em vista que possibilita às instituições religiosas ocuparem lugar central na nova política cultural defendida pelos apoiadores de Jair Bolsonaro.

Ainda, em dezembro de 2019, a nomeação de Dante Mantovani para o cargo de presidente da Funarte corrobora as estratégias aplicadas pelo atual governo em sua forma peculiar de gerir a política cultural. Logo após sua nomeação, Mantovani declarou que agentes comunistas infiltrados na CIA, Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, eram responsáveis por fazer distribuição de LSD para jovens no festival de Woodstock em 1969. Da mesma forma, Mantovani associa o rock ao uso de drogas e à “indústria do aborto” ao dizer que esses três elementos andam juntos. Por fim, ele também diz que “a indústria do aborto por sua vez alimenta uma coisa muito mais pesada que é o satanismo” (Exame, 2019). Quando analisamos essas declarações, é possível perceber que a luta contra a cultura no atual governo possui contornos de uma batalha contra o mal, o que justificaria o uso de uma retórica imbuída de apelo religioso.

O amplo apoio alcançado por Jair Bolsonaro entre lideranças religiosas, em especial aquelas vinculadas às igrejas evangélicas neopentecostais e à “bancada da Bíblia”, é algo extremamente relevante na política cultural do atual governo, posto que parte significativa das alianças políticas construídas por Bolsonaro passam necessariamente por acordos que buscam atender às demandas de líderes de igrejas evangélicas. Inclusive, deve-se destacar que Bolsonaro demonstra estar comprometido com pautas extremamente relevantes entre lideranças evangélicas mais conservadoras, como a que trata do resgate da fé cristã e da família tradicional através do conservadorismo moral e da luta travada contra a chamada “ideologia de gênero”.

Todavia, o avanço da retórica do conservadorismo associado a discursos religiosos de igrejas neopentecostais não é uma exclusividade do Brasil. Esse movimento religioso se espalha com bastante vigor por vários países da América Latina, como Colômbia, México, Peru, República Dominicana e Venezuela. Recentemente, na Bolívia, Luís Fernando Camacho, conhecido como “Bolsonaro boliviano”, exerceu papel de destaque na ocasião da renúncia de Evo Morales, então presidente do país. Camacho, assim como Bolsonaro, usa um discurso com forte teor religioso, sendo, inclusive, apontado como uma das maiores expressões da direita profascista boliviana (UOL, 2019b).

De acordo com Semán (2019), os evangélicos na América Latina passaram, entre os anos de 1910 e 2014, de 1% da população para 19%. Tal mudança ocorreu ao longo do tempo e em diferentes países, ao mesmo tempo que o percentual de católicos sofreu contínuo declínio (entre 1910 e 2014 o percentual de católicos caiu de 94% para 69% da população da região). Essa nova configuração do campo religioso latino-americano gera consequências diretas na vida política e na esfera pública. Ainda segundo Semán, no que diz respeito especificamente ao pentecostalismo, pode-se dizer que essa vertente do movimento evangélico apresentou tanto um apelo para os políticos estabelecidos quanto para os indivíduos classificados como empreendedores evangélicos emergentes. O número crescente de eleitores evangélicos e o poder de suas redes passaram a ser usados no sentido de conferir legitimidade a projetos políticos que procuravam denunciar uma política adotada por grupos associados à corrupção. Esse movimento deu abertura para a criação de partidos confessionais em vários países da América Latina com o intuito de promover a nomeação de evangélicos, embora sem muito êxito, visto que o processo de alçar evangélicos aos cargos políticos tem sido impetrado com mais sucesso em partidos não confessionais. Por outro lado, deve-se igualmente observar que a participação de evangélicos nas campanhas de Alberto Fujimori, em sua primeira eleição no Peru, e de Fernando Collor de Mello, no final dos 1980 no Brasil, já mostrava a força que esse eleitorado possuía décadas atrás (Semán, 2019).

No caso específico do Brasil, as mais poderosas denominações pentecostais apoiaram Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso quando o “perigo comunista” era representado pelo PT. Mais tarde, as mesmas denominações religiosas se uniriam ao PT nas quatro eleições vencidas pelo partido (com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff). Posteriormente, deram seu aval ao projeto de Marina Silva (evangélica ambientalista que foi ministra do primeiro governo Lula e depois passou a liderar o primeiro grupo de dissidentes do PT) e, por fim, para arregimentar ainda mais eleitores, acabaram apoiando a candidatura de Bolsonaro já na reta final do processo eleitoral para a Presidência da República.

Seguindo os apontamentos de Semán (2019), é possível dizer que o maior envolvimento político coincide diretamente com o momento de maior expressão da visão pentecostal entre todos os grupos evangélicos. Nesse novo cenário, os evangélicos não só participam mais ativamente da política eleitoral, como também assumem o posto de interlocutores nos diálogos sobre políticas públicas.

Considerações finais: conservadorismo e liberalismo no contexto político atual

É possível percorrer duas vias analíticas para compreender o cenário descrito nas seções acima. A primeira delas trata da privatização da cultura, feita pelos liberais dentro do contexto neoliberal, com a intenção de deixar a cultura a cargo do privado. Já a segunda delas se refere a outro momento, no qual insurge a onda conservadora que não aceita o campo do privado se este não corroborar os valores defendidos no âmbito conservador. Sendo assim, para uma melhor apreensão a respeito dessas duas vias, é necessário atentar para os conceitos de conservadorismo e liberalismo.

Definir claramente o conservadorismo e o liberalismo pode ser uma tarefa árdua, pois o significado desses conceitos se transmutou ao longo da história. Em linhas gerais, existem algumas ideias basilares que os separam como pontos de referência para atribuição de significado ao contexto social, seja no sentido de mudá-lo ou de manter a ordem vigente. Enquanto ideologia política, o conservadorismo surgiu sobretudo como reação à Revolução Francesa. Em sua obra *Reflections on the Revolution in France*, Burke (1992) defende que a manutenção do *status quo* sempre será preferível às mudanças bruscas. E, caso as mudanças sejam inevitáveis, o ideal é que elas ocorram devagar e como ampliação lógica da ordem natural das coisas. Johnson (1997) aponta que o conservadorismo se fundamenta em uma opinião pessimista sobre a natureza humana, que é vista como má, irracional e violenta se não for submetida a controles externos. Ainda de acordo com esse autor:

A única maneira de controlar esse potencial destrutivo consiste em impor rígidos códigos morais através de fortes tradições, instituições sociais e uma sociedade hierárquica governada por elites, cujo poder repousa em sua superioridade inerente e na propriedade privada, herdada através de gerações. Isso implica que a desigualdade social é inevitável e, na verdade, necessária para manter a sociedade (Johnson, 1997, p.51).

Uma vez que os contextos social e político mudam ao longo do tempo, o *status quo* igualmente se transforma. Ou seja, o *status quo*, alvo das expectativas conservadoras na atualidade, possui características específicas inerentes às configurações social e política do tempo presente. Por isso, a retórica conservadora, aplicada atualmente no cenário político brasileiro, fundamenta-se numa pauta moral intimamente ligada aos discursos religiosos dos grupos que galgaram cargos públicos de destaque nas últimas décadas, em especial aqueles identificados com a corrente evangélica. Tal conservadorismo, como nos diz Débora Massemberg,

É aqui entendido como uma forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional: a família, a religião e a nação. Tal tríade está fortemente entrelaçada no discurso dos formadores de opinião da direita, apesar de apresentar graus de centralidade e radicalismo distintos. Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam à ideia-chave de “família-tradicional” são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, o aborto, a ideologia de gênero nas escolas, a expansão do feminismo e a concordância com a ‘cura gay’. Os conteúdos centrais da ideia-força ‘resgate da fé cristã’ envolvem emissões que invocam a entrega dos destinos individuais e coletivos “nas mãos de Deus”, a profusão de mensagens de Salmos e Provérbios bíblicos, além da crítica ao que denominam de ‘cristofobia’, atribuída à esquerda. Por último, e ao que se refere a leitura do ‘patriotismo’ no discurso desses atores sociais, convém destacar o seu vínculo umbilical à ideia do ‘anticomunismo’ (guerra permanente a esse inimigo comum) e louvações às forças armadas e incentivos à adoração dos símbolos nacionais, com destaque para o hino e a bandeira (Massemberg 2019, p.40-41).

Aqui, é importante destacar que o conservadorismo moral dos tempos atuais se baseia no uso de ideias como família tradicional, resgate da fé cristã, patriotismo, anticomunismo, combate à criminalidade/ao aumento da violência e oposição às cotas raciais e anda de mãos dadas com um conjunto de princípios neoliberais, tais como Estado mínimo, eficiência do mercado (privatização), livre iniciativa (empreendedorismo), meritocracia e cortes de políticas sociais. Dessa forma, o conservadorismo moral associado ao neoliberalismo constitui o pano de fundo no qual são projetadas as decisões dos grupos que se encontram atualmente na linha de frente da política nacional.

O neoliberalismo aqui sublinhado pode ser compreendido de acordo com as indicações de Dardot e Laval (2016), em que os autores o interpretam como uma forma de “racionalidade”, e não tanto como uma ideologia ou política econômica. Isto é, uma racionalidade que compõe o cosmo social, no qual vivem os indivíduos, e que tende a estruturar e a organizar não só a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados. Segundo esse ponto de vista, o neoliberalismo constitui um sistema normativo que engloba discursos e práticas que buscam levar a lógica do capital para todas as esferas e relações sociais.

Todavia, a propagação do discurso neoliberal no campo político brasileiro através de formadores de opinião em ampla atividade, tais como Kim Kataguirí, Fernando Holiday, Rogério Chequer e Rodrigo Constantino, por vezes mostra-se bastante contraditória.

Interessante examinar no discurso desses agentes sociais a convivência de elementos claramente contraditórios aos princípios neoliberais que defendem. São ferozes partidários do Estado mínimo, porém pressionam de todas as formas o Estado a criar situações de concorrência e a incentivar modelos de comportamento que direcionam a conduta dos indivíduos no sentido de transformá-los em consumidores e empreendedores. Propagandeiam a defesa do livre mercado numa economia global, mas recorrem constantemente ao discurso de salvação da pátria. Pregam a livre iniciativa, embora não reconheçam direitos individuais básicos (Massebergue, 2019, p.44-45).

Para além da forma conflitante pela qual o discurso neoliberal vem sendo defendido e divulgado no campo político brasileiro, é importante atentar-se à postura adotada pelo governo em áreas com amplo potencial ideológico. Em campos como a educação e a cultura, por exemplo, o governo empenha-se em ser o protagonista na definição de resoluções sem deixar que o mercado influencie diretamente. Há de se destacar que é em domínios como o da educação e da cultura que a sociedade toma forma, pois são neles que se desenham valores, ideias e percepções de mundo. Dessa maneira, o esforço empregado pelo governo em dominar essas áreas parece estar associado à busca pelo controle ideológico de seus governados.

Ainda, a postura de dominação ideológica assumida pelo governo Bolsonaro mostra um forte entrelaçamento com o campo privado, no que se refere, em especial, às políticas econômicas e de cunho privatistas. Com relação às políticas sociais, estas têm no Estado seu agente de controle e financiamento. Já no campo das políticas culturais, há de se observar, como fez Freitas (2016), que o recurso utilizado pelo campo privado vem em grande parte dos fundos públicos, ou seja, provém do próprio Estado. Isso pode ser um indicativo de que, na gestão Bolsonaro, o Estado exerce controle sobre tais políticas, permitindo-lhe atuar de forma ideológica sobre esses campos. Vale destacar que Bolsonaro não é um político neoliberal, visto sua ação diante do Ministério da Economia.

Por fim, a grande questão que se coloca não é mais de onde obter os recursos para financiar as atividades artísticas, visto que já havia se estabelecido a prática de investimento privado durante as gestões petistas (Lula da Silva e Dilma Rousseff) por meio da Lei Rouanet (Freitas, 2016; Calabre, 2009; Rubim, 2011). Na gestão Bolsonaro, como demonstrado acima, isso parece ser irrelevante, uma vez que o fator predominante é fundamentalmente de cunho ideológico.

Referências bibliográficas

Avritzer, L. (2016) *Os impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barbosa, F. (2008) Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: Calabre, L. (org.) *Políticas culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, p.59-86.

_____ (2007) *Política Cultural no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura.

Batista, I. R., Medeiros, L. B. and Granato, L. (2019) Estado e bloco no poder no Brasil: Reflexões em face ao cenário pós-eleições de 2018. In: Xavier, L. O., Domínguez Avila, C. F., and Fonseca, V. (Org.) *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa*. Curitiba: CRV, p. 219-234.

Bolsonaro, Jair (@jairbolsonaro). “Dois ‘famosos’ acusam o Governo Jair Bolsonaro de querer acabar com o Carnaval. A verdade é outra: esse tipo de ‘artista’ não mais se locupletará da Lei Rouanet”. 5 de março de 2019. Tweet.

Bolsonaro, J.[online]. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=J9u1Cl49xlw&feature=youtu.be> (acesso em 10/11/2019)

Burke, E. (1992). *Further Reflections on the Revolution in France*. Indianapolis: Liberty Fund.

Calabre, L. (2014). Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 137-156.

_____ (2009). *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Carvalho, O. Sexo e alta cultura.[online]. Disponível em:
<https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2015/04/27/sexo-e-alta-cultura/> (Acesso em: 10 nov. 2019)

Cerqueira, A. C. (2018) Política cultural e “crise” no governo Temer. *Revista Novos Rumos*, v. 55, n. 1, p. 1-17.

Cervi, E. U. (2001) As sete vidas do populismo. *Revista de Sociologia e Política*, n.17, p.151-156.

Cesarino, L. (2019) Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista De Antropologia*, 62(3), 530 – 557.

Congresso em foco. Orçamento em Cultura aumenta 142% desde 2003. [online]. Disponível em:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/orcamento-em-cultura-aumenta-142-desde-2003/> (Acesso em: 11 set. 2021)

Correio Braziliense. Artista reclamam ao STF que decreto de Bolsonaro é censura. [online]
Disponível em:

https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/05/interna_politica,803759/artistas-reclamam-ao-stf-que-decreto-de-bolsonaro-e-censura.shtml (acesso em 05 de novembro de 2019)

Cury, C. E. (2002) Políticas culturais no Brasil: subsídios para a construção da brasilidade. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

Dardot, P. and Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

El País. STF proíbe censura de livros no Rio e dá recado contra discriminação[online]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html (Acesso em: 21 out. 2019).

Época. O combate cultural que move o bolsonarismo, na estatística.[online]. Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-combate-cultural-que-move-bolsonarismo-na-estatistica-23607886> (Acesso em: 10 nov. 2019)

Exame. Maestro Dante Mantovani é discípulo de Olavo de Carvalho e espalha teorias da conspiração para defender ideais de direita conservadora [online]. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/novo-presidente-da-funarte-liga-rock-a-droga-sexo-aborto-e-satanismo/> (Acesso em: 18 dez. 2019)

Folha de S. Paulo (a). Presidente do BB atende Bolsonaro, demite diretor e tira do ar comercial com jovens 'descolados'. [online]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/presidente-do-bb-atende-bolsonaro-demite-diretor-e-tira-do-ar-comercial-com-jovens-descolados.shtml> (Acesso em: 11 set. 2021)

Folha de S. Paulo (b). Apoiador de Bolsonaro, dramaturgo Roberto Alvim ataca Fernanda Montenegro.[online]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/apoiador-de-bolsonaro-dramaturgo-roberto-alvim-critica-fernanda-montenegro-e-fala-em-desprezo-pela-atriz.shtml> (Acesso em: 28 nov. 2019)

Fórum. Do Queermuseu a Chico Buarque, site lista episódios recentes de censura no Brasil. [online].Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/noticias/do-queermuseu-a-chico-buarque-site-lista-episodios-recentes-de-censura-no-brasil/> (Acesso em: 20 out. 2019)

Freitas, S. S. (2016) Em cena os empresários: Luta política e gestão do social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de pós-graduação em sociologia; Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

Furtado, R. F. A. (2012) *Ensaio sobre cultura e o ministério da cultura/Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.

G1. Interação de criança com artista nu em museu de São Paulo gera polêmica. [online] disponível em:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml> (Acesso em: 20 out. 2019).

Gallego, E. S., Ortellado, P. and Moretto, M.(2017) Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma da previdência. *Em Debate*, v. 9, n. 2, p. 35-45, ago.

Johnson, A. (1997) *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Masseberg, D. (2019) A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: Freixo, A and Pinheiro-Machado, R(Org.). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 25-49.

O Globo. Lula não cumpriu promessa de elevar gastos com Cultura a 1% do Orçamento. [online]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2010/lula-nao-cumpriu-promessa-de-elevar-gastos-com-cultura-1-do-orcamento-4983203> (Acesso em: 11 set. 2021)

Opinião & Notícia. Comissão aprova recursos da Lei Rouanet para igrejas.[online]. Disponível em: <http://opinioenoticia.com.br/brasil/comissao-aprova-recursos-da-lei-rouanet-para-igrejas/> (Acesso em: 15 nov. 2019)

Rubim, A.A. C. (2011). *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Perseu Abramo.

_____ and Barbalho, A and Calabre, L (2015). *Políticas Culturais no governo Dilma*. Salvador: Edufba.

Santos, F. B. P. (2009) Política Cultural no Brasil: Histórico de Retrocessos e Avanços Institucionais. In: Encontro da ANPAD, 33, 2009, São Paulo. Anais. São Paulo: EnANPAD.

Semán, P. (2019). Quem são? Por que eles crescem? No que eles creem? Pentecostalismo e política na América Latina. In: *Nueva Sociedad*, nº 280, março-abril.

Silva, F. P. (2015). Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista SURES*, (5), p. 1-2.

Simis, A. (2007) A política cultural como política pública. In: Rubim, A. A. C. and Barbalho, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba. p. 133-156.

Terra. Bolsonaro: não podemos financiar mais ‘Bruna Surfistinha’.[online] Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/nao-podemos-financiar-mais-bruna-surfistinha-diz-bolsonaro,6bd131fdde890c0cbcc9a0e4d7b8cd25mtlmy725.html> (Acesso em: 15

nov. 2019)

UOL (a). Lei Rouanet: O que o governo Bolsonaro decidiu mudar no incentivo à cultura.[online] Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/22/o-que-bolsonaro-decidiu-mudar-na-lei-rouanet.htm> (Acesso em: 10 nov. 2019)

UOL (b). Quem é Luís Fernando Camacho, o ‘Bolsonaro boliviano’ que desponta em meio à renúncia de Evo. [online]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/11/11/quem-e-luis-fernando-camacho-o-bolsonaro-boliviano-que-desponta-em-meio-a-renuncia-de-evo.htm> (Acesso em: 11 nov. 2019).

Urbs Magna. A ‘Lei Rouanet’, tão perseguida por Bolsonaro, agora é ‘Lei de Incentivo à Cultura’. Leia o que muda.[online]. Disponível em: <https://urbsmagna.com/2019/04/26/a-lei-rouanet-tao-perseguida-por-bolsonaro-agora-e-lei-de-incentivo-a-cultura-leia-o-que-muda/> (Acesso em: 10 nov, 2019)

Weber, M. H. and Granato, L. (2020) Crise política e bloco no poder no Brasil contemporâneo. In: Xavier, L. O., Domínguez Avila, C. F., and Fonseca, V. (Org.). *Política, Cultura e Sociedade na América Latina: Estudos Interdisciplinares e Comparativos*. Curitiba: CRV, p. 67-88.